

DECRETO N° 1924-01/2025

Estabelece medidas a serem adotadas nas áreas de arraste e alagamento no território do Município de Cruzeiro do Sul/RS.

CESAR LEANDRO MARMITT, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO as inundações, alagamentos, destruição de residências, mortes, desabrigados, desalojados, decorrentes das chuvas intensas COBRADE 1.3.2.1.4, ocorridas a partir do dia 30 de abril de 2024;

CONSIDERANDO o risco de novas inundações, bem como que, a permanência e ocupação nas áreas de risco, colocam em perigo a população e infraestrutura local, inclusive com ameaça de perda de vidas humanas;

CONSIDERANDO que se mostra fundamental que as autoridades locais adotem medidas preventivas e urgentes para minimizar os impactos desses eventos juntos às suas áreas de risco;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 30, inciso VIII, da Constituição Federal, compete ao Município promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº. 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, com a redação alterada pela Lei 14.750/2023, impõe a União, Estado, Distrito Federal e aos Municípios, a adoção de medidas para prevenir riscos de acidentes e desastres;

CONSIDERANDO que, em 10 de maio de 2024, o Ministério Público expediu recomendação ao Município de Cruzeiro do Sul, recomendando que o Município não autorize construções, reconstruções, fracionamento de terras e loteamentos nas áreas de enconstas, alagamentos e arrastes situadas em seu território, bem como, adote providências no sentido de proteção e afastamento das estruturas públicas desses espaços;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas, de curto e médio prazo a serem tomadas pelo Município;

DECRETA:

Art. 1° Fica vedada qualquer autorização de projeto de construção, reconstrução, parcelamento de solo, reforma, ampliação, ou regularização de construções existentes, nas áreas consideradas de arraste, grafadas no Mapa em anexo.

Parágrafo Único. Excetua-se a regra descrita no “caput” deste artigo a reforma e regularização de áreas de lazer, pré existentes à enchente de maio de 2024, e a construção de praças e parques, por iniciativa do órgão público.

Art. 2º Fica autorizada, no território do Município, a regularização da atividade de marina, destinada à ancoragem de embarcações voltadas ao lazer e ao esporte, bem como de estruturas correlatas para fins recreativos, classificadas como passível de licenciamento ambiental, conforme o CODRAM nº 4720.20 – MARINA, nos termos da Resolução CONSEMA nº 372/2018 e suas alterações, devidamente licenciada junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, sendo vedada a utilização das referidas estruturas para fins de moradia residencial, permanente ou temporária.

Art. 3º Ficam autorizadas as atividades existentes constantes no Anexo 06, da Lei Municipal 1.114/2012, nas áreas consideradas de alagamento, mediante estudo de viabilidade urbanística realizado pelo setor de engenharia do Município.

Art. 4º As autorizações de ligações de água e luz para as atividades descritas no artigo 3º devem estar prescridas dos respectivos projetos aprovados pelo setor de Engenharia.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 1737-04/2024.

GABINETE DO PREFEITO, 10 de dezembro de 2025.

CESAR LEANDRO MARMITT
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CAMILA SCHEIBEL
Sec. Administração e Finanças